



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0010827-07.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**  
 Documento de Origem: **IP - 079/2012 - 2º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Ivan Pedro Sena Carneiro**  
 Vítima: **JOSÉ PEDRO DA SILVA LIMA**

Aos 04 de julho de 2016, às 15:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu o Promotor de Justiça, **Dr(a). Gustavo Luis de Oliveira Zampronho**. Presente o réu Ivan Pedro Sena Carneiro, acompanhado de defensor, o **Dr. Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro - Defensor Público**. A seguir foi ouvida uma testemunha de acusação e interrogado o réu. **Pelas partes foi dito** que desistiam da inquirição das demais testemunhas arroladas, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: Apesar de ação ser procedente, tendo em vista os depoimento colhidos nesta data, desde já, anoto que o fato fatalmente está prescrito. Isso porque, para que não haja prescrição em concreto, será necessária a aplicação a pena máxima, o que, neste caso, se mostra totalmente inadequado apesar do acusado ostentar alguns antecedentes. Desta maneira, requeiro a procedência da ação, com o reconhecimento da prescrição em concreto da pena. **Dada a palavra à DEFESA:** MM. Juiz: Requer-se absolvição do réu. A prova judicial não elucida todas as elementares do tipo de coisa achada. Ivan alegou que tinha achado o aparelho no dia anterior à apreensão. A lei, porém, confere o prazo de 15 dias para entrega à autoridade. Antes do decurso da quinzena não se configura o crime sendo atípica a conduta que preencha apenas a outra elementar. A própria intenção do agente só é relevante após o decurso dos quinze dias, afinal, dentro desse prazo, ela pode mudar, assim como dentro do prazo pode o réu vir a saber do dever de devolver o objeto ou de entrega-lo à autoridade competente. Assim, não preenchidas todas as elementares, deve ser declarada a absolvição com fundamento no artigo 386, III, do CPP, ou, subsidiariamente, na hipótese do inciso VII. A defesa observa, por fim, que em caso de condenação, a pena em concreto estará retroativamente prescrita. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** VISTOS. IVAN PEDRO SENA CARNEIRO, qualificado a fls. 25, foi



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

denunciado como incurso nas penas do artigo 169, § único, inciso II, do CP, porque entre os meses de fevereiro de março de 2012, em um banco de uma praça, localizada no Jardim Monte Carlos, nesta cidade e comarca, achou e apropriou-se de coisa alheia móvel, deixando de restituí-la ao dono legítimo ou de entrega-la à autoridade competente (aditamento à denúncia, fls. 133). Inicialmente havia sido acusado da prática do artigo 180, caput, do CP, porque em data incerta, entre 05.03.12 e 14.03.12, na rua Jose Scalla, 135, em São Carlos, adquiriu e recebeu o referido celular, sabendo de sua origem ilícita. Houve aditamento após a colheita da prova (fls. 96/98 e 119), sobrevivendo o aditamento de fls. 133, com nova coleta de depoimentos nesta data, uma testemunha de acusação e o réu. Nas alegações finais o Ministério Público observou a procedência da ação, porém com prescrição. A defesa pediu a absolvição, observando a não consumação do crime porque não decorridos 15 dias entre o achado do celular e a apreensão pela autoridade policial. . Recebida a denúncia (fls.143), foi o réu citado pessoalmente. Defesa prévia a fls.140/141. Nesta audiência foi ouvida uma testemunha de acusação e interrogado o réu. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação, anotando, porém, que a pena em concreto está prescrita. A defesa pediu a absolvição por falta de provas. **É o relatório. Decido.** A denúncia aditada (fls. 133) indica que o réu, entre fevereiro e março de 2012, achou o telefone celular e deixou de restituí-lo ao dono no prazo de 15 dias. A prova judicial, entretanto, não autoriza conclusão segura sobre quanto tempo o telefone permaneceu na posse do réu. Segundo o interrogatório o réu achou o aparelho um dia antes de a polícia apreende-lo na casa dele. Se é ou não verídica a afirmação, impossível saber. Mas é certo que não se tem prova em sentido diverso, para a condenação, posto que o investigador Alberto não esclareceu quando o réu encontrou o aparelho. É possível que já estivesse com ele há vários dias, mas não há segurança na prova, quanto a tal circunstância. Ainda que o réu dissesse que iria usar o celular, aparentemente com o intuito de não devolvê-lo, o crime somente se tipifica quando decorrido o prazo de 15 dias, a partir da data do encontro. E não se sabe, se ainda dentro do prazo, teria conduta diversa do alegado uso. Segundo a jurisprudência “não se caracteriza o delito antes da transposição do décimo quinto dia” (TACrSP, RJDTACr 10/42), “salvo a hipótese em que o achador dispõe da coisa enquanto não decorrida a quinquena, o fato é atípico” (TACRrSP, ap 1.175.963-0, j. 27.1.2000, bol. IBCCr 90/450), citados por Celso Delmanto e outro, no Código Penal comentado, Editora Saraiva, 8ª Edição, pagina 617. Poder-se-ia cogitar da tentativa, em tese, mas não está claro se o réu tinha, efetivamente, o dolo de apropriação de bem de terceiro, posto que teria, em princípio, achado coisa que considerou abandonada, segundo o depoimento de Alberto Luiz a fls. 98. Por fim, em caso de condenação, como observado pelo Ministério Público, já estaria a ação atingida pela prescrição retroativa em caso de pena inferior à máxima, situação a qual não se chega em razão da absolvição ora decretada. Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e absolvo IVAN PEDRO SENA CARNEIRO, com base no artigo 386, VII, do CPP. Transitada em julgado, ao arquivo. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Solicite-se a Carta Precatória expedida



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

as fls. 149, independente de cumprimento. Eu, Camila Laureano Sgobbi, digitei.  
MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor:

Defensor Público:

Ré(u):